



CONSELHO DE ILHA DA TERCEIRA

**ACTA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ILHA
REALIZADO NO DIA 10 DE DEZEMBRO DE 2010**

----- Aos dez dias do mês de Dezembro de dois mil e dez, pelas dez horas e quinze minutos, na Casa das Tias de Nemésio, Praia da Vitória, reuniu o Conselho de Ilha, em sessão extraordinária. -----

----- Feita a chamada pela segunda secretária, Ana Rita Branco, verificou-se a presença dos seguintes membros:-----

----- António Gabriel Fraga Martins Maio (Presidente do Conselho de Ilha da Terceira), Francisco Cardoso Pereira de Oliveira (Vice-Presidente do Conselho de Ilha da Terceira), Fernando Sieuve de Menezes (1º Secretário do Conselho de Ilha da Terceira), Ana Rita Meneses Branco (2º Secretário do Conselho de Ilha da Terceira), Roberto Lúcio Silva Pereira Monteiro (Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória), João Luís Sanchez dos Santos (membro da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo), Guilherme Melo (membro da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo), Rui Fernandes Nobre de Castro (membro da Assembleia Municipal da Praia da Vitória), António Toledo Alves (Presidente da Junta de Freguesia do Posto Santo), Paulo Simões Ferreira (Presidente da Direcção da Associação Agrícola da Ilha Terceira), Carlos Valadão dos Santos (Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo) e Rui Jorge Ferreira (Sindicato do Quadros Técnicos do Estado).-----

----- Verificou-se a ausência dos seguintes membros:-----

----- Ricardo Manuel Rodrigues de Barros (Presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo) e Vítor Silva (Representante dos Sindicatos).-----

----- Participou a sua falta à reunião, nos termos do número três do artigo quarenta e oito, da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada e republicada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, Andreia Martins Cardoso da Costa (Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo), Verónica Dalila Moules Bettencourt (membro da Assembleia Municipal da Praia da Vitória), Paulo Jorge Silva Ribeiro (membro da Assembleia Municipal da Praia da Vitória), Sandro Rebelo Paim (Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo), Cláudia Alexandra Cardoso Martins da Costa (Deputada da Assembleia Legislativa Regional dos Açores), Clélio Ribeiro Parreira Toste Meneses (Deputado da Assembleia Legislativa Regional dos Açores) e Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha (Deputado da Assembleia Legislativa Regional dos Açores)-----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

----- Após saudar todos os presentes, o **Senhor Presidente da Mesa**, começou por referir que o Regimento do Conselho, não era claro quanto à existência do “ Período Antes da Ordem do Dia ”, em sessões extraordinárias, pelo que, se a Assembleia concordasse, o mesmo teria lugar, com a duração máxima de uma hora, recolhendo-se assim os assuntos a serem tratados com o Sr. Presidente do Governo Regional. -----



CONSELHO DE ILHA DA TERCEIRA

----- Aprovado o proposto, o **Senhor Conselheiro Carlos Santos**, usou da palavra para referir que, na óptica da Câmara do Comércio, gostariam que o Sr. Presidente do Governo Regional fosse alertado para a situação de crise que vivem os empresários - situação grave e preocupante -, em especial no que concerne ao investimento público na área da construção civil, face ao escasso número de obras. Acrescentou que deveriam ser consideradas condições com o intuito de colocar as empresas locais a trabalhar e também atribuir-lhes prioridade nos convites para obras, pois assim o dinheiro permaneceria na Região, o que era básico no conceito da economia local. -----

----- Continuou, referindo que outro ponto importante consiste no problema da economia paralela que se tem vindo a acentuar na Região, competindo às Inspecções averiguar a existência de tais actividades, pese embora, é certo, a dificuldade em as detectar. Todavia, o que se verificava eram inspecções a empresas que estavam de porta aberta, mesmo àquelas com dificuldades. -----

----- Finalizou, expondo que também se deveria alertar para a questão da mobilidade inter-ilhas e para o custo das passagens, para além de todas as outras questões abordadas em anteriores reuniões do Conselho de Ilha. -----

----- A seguir, interveio o **Senhor Presidente da Mesa**, questionando o Sr. Carlos Santos, como representante da Câmara do Comércio, se relativamente ao tema de sistemas de incentivos tinha alguma ideia em concreto a acrescentar, bem como, quanto ao melhor aproveitamento da infra-estrutura portuária da Praia da Vitória e ao custo e baldeamento da carga do Aeroporto. -----

----- Em resposta, o **Conselheiro Senhor Carlos Santos** mencionou que o Governo Regional é que possuía dados bem fundamentados, com números concretos, para além de saber da grande redução, dos empresários, aos Sistemas de Incentivos. Porém, a Câmara do Comércio estava a trabalhar com o Governo com vista a tornar os sistemas de incentivos mais atractivos. -----

----- Quanto ao Porto da Praia da Vitória, estavam a terminar os estudos sobre a logística, pelo que, logo, seriam divulgados. -----

----- A seguir, interveio o **Senhor José Manuel Pimentel Dias** para evidenciar três ou quatro notas ao Sr. Presidente do Governo Regional, que eram as seguintes: a precariedade no trabalho que se verificava nos Açores e na Ilha Terceira; a profusão de contractos a termo e a higiene, saúde e segurança no trabalho quer no sector privado quer no sector da administração pública, questão muito importante a nível sindical. -----

Finalizou, frisando que outra preocupação, enquanto Sindicato e representante da UGT, era sobre o futuro das pessoas que frequentavam os programas estagiários, ao seja, ao terminarem, conseguiriam emprego? -----

----- Por sua vez, o **Conselheiro Senhor Roberto Monteiro**, começou por referir que na reunião com o Presidente do Governo Regional deveriam concentrar apenas cinco ou seis temas porque, neste tipo de reuniões, levar muitos temas tornar-se-ia monótono e pouco consequente, o que não queria dizer que houvesse um documento que contivesse todas as questões levantadas pelos Conselheiros. -----

----- Continuou, dizendo que também tinha algumas notas para apresentar na reunião. Começou então por apontar a recente constituição de uma Entidade Empresarial entre os dois Municípios da Ilha Terceira, assunto que tinha dado muita que falar por razões pouco importantes para o objectivo da mesma. Acrescentou que, durante os próximos dias iriam ser tomadas decisões estruturantes ao nível da gestão de resíduos, pelo que, se deveria apelar ao Governo Regional que acarinhasse o projecto e o apoiasse em investimentos e projectos de interesse estrutural para a Ilha Terceira. -----



CONSELHO DE ILHA DA TERCEIRA

-----Outro ponto a apresentar, seria a revisão aos sistemas de incentivos no apoio ao investimento. Sobre este assunto, alegou que nas condições de acesso era obrigatório ter a situação regularizada para com o Estado e a Segurança Social, condição essa, que muitos empresários não conseguiam reunir, devido ao volume de clientes não pagadores ou ao próprio Estado ou Instituições Públicas, o que logo à partida os impedia de aceder ao sistema.-----

----- Prosseguiu focando o tema relacionado com os sistemas de incentivos, pois os que haviam funcionado visavam que os empresários, primeiro, investissem, por exemplo cem por cento, no entanto, o que sucedia era que o lucro não excedia os quarenta e cinco por cento, por não terem quem os financiasse. Assim sendo, era de solicitar ao Governo que flexibilizasse os sistemas de incentivos, quer no que respeita às condições de acesso, quer no respeitante à capacidade de resposta.-----

----- Abordou também o tema relativo à dinamização do Porto Comercial, referindo que tinha de existir uma forma, ou alguma pressão sobre as grandes entidades empregadoras da ilha no sentido de potenciarem emprego, pese embora as contenções orçamentais que lhes impede o recrutamento de colaboradores. Por esse motivo, a dinamização do Porto Comercial seria estratégica e estruturante, quer na perspectiva de apoiar as empresas, no momento, com redução de custos de operação, quer como uma abordagem de maior frequência de operações, o que se deveria impor, não por uma questão de bairrismo, mas com vista a resultados concretos a nível dos custos de transporte e da frequência dos mesmos.-----

-----Relativamente à questão do Plano de Investimento para a Terceira respeitante a 2011, afirmou que era um plano significativo, com montantes de investimento significativos, porém deveria ser exigido ao Governo o seu cumprimento.-----

----- Finalizou, alertando que não se deveria deixar de referir a Centralidade da Terceira na Região, todavia este tema deveria ser abordado com alguma subtilidade ao Governo.-----

----- A seguir, interveio o **Senhor Presidente da Mesa**, mencionando que subscrevia na íntegra o que havia sido dito pelo Conselheiro Roberto Monteiro, por ter focado temas chave para a reunião. Apenas acrescentaria um aspecto, para o qual era muito sensível, o problema do desemprego social, porquanto vinha-se constatando uma crescente bolsa de pobreza na Ilha.-----

-----Quanto à referida Centralidade da Ilha, declarou a sua anuência e agradeceu a alusão, por tratar-se de um assunto que tinha sido olvidado.-----

----- O **Conselheiro Senhor António Alves**, começou também por subscrever tudo o que havia sido dito pelos Conselheiros, em especial, o referido pelo Conselheiro Roberto Monteiro.-----

----- Contudo, a sua intervenção relacionava-se com a questão dos desempregados ao serviço das freguesias, quer da Terceira, quer dos Açores, mais precisamente que tivessem um tratamento idêntico ao seguido nas IPSS e outras instituições, nomeadamente no que concerne ao pagamento de providências, ou seja, embora já exista um protocolo, através do qual os desempregados e pessoas do rendimento mínimo prestam serviços nas freguesias, o que é facto, é que, quando são celebrados contratos com as IPSS, o Governo paga a parte correspondente à segurança social, verificando-se assim uma grande discrepância de tratamento em relação às freguesias.-----

-----Salientou também que seria extremamente útil para as freguesias, que essas pessoas prestassem serviços comunitários, ou até, outros serviços do conhecimento das freguesias.-----



CONSELHO DE ILHA DA TERCEIRA

-----O **Conselheiro Senhor Paulo Ferreira** usou da palavra referindo que concordava com tudo o que já havia sido dito, e acrescentou, como representante da Associação Agrícola da Ilha Terceira, que estava preocupado com os Projectos de Investimento do Quadro Comunitário de Apoio, uma vez que teve conhecimento que o período de candidaturas para os Projectos de Desenvolvimento às Explorações iriam ser fechados em Janeiro.-----

-----Realçou essa preocupação com o facto de nos Açores, terem sido aprovados mais de 200 projectos e no entanto terem entrado mais de 700. Frisou que desses 200, estão contemplados pouco mais de 20 milhões de euros para um total de 60 milhões de euros, o que significa que não há dinheiro para os 700 e tal projectos que entraram e, continuam a entrar, pois só a Associação Agrícola já elaborou cerca de 230 Projectos de Investimento a Agricultores. -----

-----Outra preocupação prende-se com a medida 1.7, que até já fechou, onde as Associações se podem candidatar, em que 90% do valor total da verba foi atribuída à Unileite, em São Miguel. Mencionou também que na assembleia geral da Fruter, teve conhecimento que essa entidade já entregou o projecto, cujo valor é significativo. Continuou, arrazoando que, a Associação Agrícola também irá entregar, brevemente, o projecto para a construção de uma fábrica de Leite, cujo o valor é pouco superior ao da Fruter, evidenciando que mesmo que a portaria estivesse fechada, iriam entregar a sua candidatura. Assim, gostariam de saber o que pensa o Presidente do Governo Regional sobre a matéria e se existem, ou não, verbas. -----

-----O **Conselheiro Senhor Fernando Sieuve** interveio, e aproveitando as palavras do Conselheiro Paulo Ferreira, frisou que a situação da medida 1.7 era muito grave pois tinha sido fechada abruptamente, sem ninguém ter conhecimento, facto que afirmava abertamente, porquanto esteve numa reunião da Federação Agrícola com o Sr. Secretário que nada informou.-----

-----Evidenciou, ainda, que, dias antes de fechar a medida 1.7, o Sr. Secretário esteve no encerramento da “Campanha da Maçã”, na Fruter, e nada mencionou sobre o assunto.

-----Acrescentou que a sorte da Fruter foi ter os documentos prontos no dia que entregaram o projecto, o que não sucedeu a alguns, mas, de qualquer forma, o procedimento adoptado não tinha sido o mais correcto.-----

-----Em relação aos Projectos de Investimentos, havia uma questão que, por ter consequências futuras, achava estruturante, ou seja, muitos projectos deveriam ser avaliados rigorosamente, porque há equipamentos que irão ser substituídos, como era o caso muito frequente dos tractores, o que, normalmente, tornava os projectos muito pesados.-----

-----Concluiu o tema, frisando que era importante que a aprovação destes projectos, quer fossem agrícolas ou comerciais, se fizesse por critérios de economia, melhorando o sector económico da Região, por isso, propunha que a abordagem junto do Sr. Presidente do Governo Regional fosse de modo a comunicar a forma como tudo se passou. -----

-----Continuou o mesmo Conselheiro, reforçando alguns aspectos levantados pelos Conselheiros Carlos Santos e Roberto Monteiro, e acrescentando um caso que considerava muito grave, pois não admitia a forma como foi executado o espaço para passageiros e para as cargas no Aeroporto das Lajes. No que respeita às cargas, tinha sido dito que havia um projecto que estava para avançar brevemente, mas que nem projecto havia e, se havia alguma intenção de projecto era apenas recente. Reforçou que a Região tinha fortes estrangimentos nos Transportes de pessoas e bens, achando que a mobilidade inter-ilhas tinha de ser urgentemente resolvida, como já tinha referido o Conselheiro Roberto Monteiro, quanto à Logística. Quanto à mobilidade de pessoas e



CONSELHO DE ILHA DA TERCEIRA

produtos para o Continente Português, para onde exportavam a maior parte dos produtos, os preços eram incomportáveis, recordando que, qualquer empresário nunca sabia, com muita antecedência, quando precisava de se deslocar ao Continente, logo, nunca conseguia marcar com quinze dias de antecedência, sendo assim os preços muito elevados para as constantes deslocações, pelo que, o Governo deveria pensar melhor neste assunto, visto ser importante para a economia dos Açores, melhorando assim a balança portuguesa. -----

----- De seguida, interveio o **Senhor Presidente da Mesa** apenas para fazer um breve reparo quanto à centralidade da Ilha, cada vez mais geográfica e menos efectiva em termos regionais. -----

----- O **Conselheiro Senhor Guilherme Melo** começou por mencionar que já tinha feito chegar à mesa uma nota com os principais assuntos a abordar ao Sr. Presidente do Governo, porém, pediu a oportunidade para salientar que estava inteiramente de acordo com a intervenção do Conselheiro Roberto Monteiro, além de outras intervenções, porque estavam todos a pensar na Ilha Terceira e nos problemas que os afligia. Apenas discordava com o facto de apenas se elencar 5 ou 6 ideias principais, ou problemas, a submeter a decisão do Sr. Presidente do Governo Regional, embora existissem situações que a mesa devia simplesmente remeter para os Secretários Regionais, com vista à sua resolução. -----

----- Acrescentou, ainda, a existência de pontos, muito importantes, que deveriam ser reforçados, tais como: incentivar o combate à economia paralela; a Centralidade, e a situação do Cais do Cruzeiros, que face a uma grande inércia, deveria ser mais agilizado. -----

----- Evocou também, outras situações pontuais com muito interesse para a economia da Ilha, designadamente, a situação do Hotel da Serretinha, cujo o processo de insolvência se encontrava em Tribunal e, que provavelmente, o passo seguinte seria a hasta pública. Assim, julgava que o imóvel podia ser aproveitado para habitação e os bares para a iniciativa privada, por forma a evitar-se perder a infra-estrutura. -----

----- Finalizou, focando o ponto da geotermia, assunto sobre o qual incidiram vários estudos e projectos, mas cujos os resultados não tinham sido os mais satisfatórios, pelo que se devia tomar uma iniciativa sobre o caso e, porque não, pensar em outras energias alternativas. -----

----- O **Senhor Presidente da Mesa** usou da palavra apenas para referir que o objectivo da mesa era centrar a discussão com o Sr. Presidente do Governo em 5 ou 6 pontos mais temáticos, todavia, também seria entregue um documento com outros aspectos importantes a abordar, pelo que iriam ter a preocupação de os elencar.

----- Posteriormente, interveio o **Conselheiro Senhor António Toste** salientando que concordava com praticamente tudo o que havia sido dito, discordando apenas num aspecto, ou seja, nem tudo o que tinha sido feito na Terceira estava mal, porquanto, entendia que existia um excelente Aerogare, embora, é certo, concordasse que a obra do terminal de cargas já devia estar pronta. -----

----- Continuou referindo que mesmo com as dificuldades financeiras, o governo ainda muito tinha feito, devendo, então agora, ajudar mais os empresários e as famílias. -

----- Quanto ao Cais de Cruzeiros, relatou que era uma obra fundamental para a ilha Terceira, mais concretamente para o Concelho de Angra, no entanto, tal como tinha ficado demonstrado no debate público, uns eram a favor e outros eram contra, e nestes últimos, incluíam-se os membros do Partido Social Democrata e do Partido Popular. Assim sendo, o Governo tinha de elaborar um estudo para averiguar essa viabilidade.----



CONSELHO DE ILHA DA TERCEIRA

----- O **Senhor Presidente da Mesa** usou da palavra para questionar se o Conselheiro Sr. António Toste, como deputado e, também, por se encontrar a acompanhar a actividade, saberia se o estudo a apresentar sobre o Cais de Cruzeiro era para fundamentar a obra por opção política legítima, ou se, pelo contrário, o governo ainda não tomou uma opção definitiva, estando, assim, a condicionar a opção com o estudo. ---

----- O **Conselheiro Senhor António Toste** respondeu que o estudo indicaria onde deveria ser feito o Cais de Cruzeiros, isto é, a localização exacta, pois a opção da sua criação estava tomada, mesmo que nem todas as bancadas partidárias estivessem de acordo. -----

----- Continuou o **mesmo Conselheiro** mencionando que quanto à geotermia, a informação que tinha, resultante da reunião em que o Sr. Secretário do Ambiente e do Mar esteve presente, era que se tratava de uma obra que já vinha há muitos anos, devendo-se o seu atraso a alguns problemas com os furos. -----

----- O **Senhor Presidente da Mesa, Senhor António Maio**, interrompeu o mesmo Conselheiro, apenas para informar que o Presidente da Geoterceira deu uma entrevista ao Diário Insular onde explicou a situação, ou seja, o problema que se colocava era com o volume de investimento que tinha sido feito sem os resultados inicialmente previstos, muito embora o potencial geotérmico comprovadamente existe. -----

----- Concluiu o **Sr. António Toste**, referindo que o Governo se encontrava num impasse, porém, com vontade que o mesmo se faça, apenas era necessário esperar pelos ensaios e respostas. -----

----- De seguida, interveio o **Sr. Guilherme Melo** que apenas usou da palavra para esclarecer, o Conselheiro António Toste, que o PSD de Angra do Heroísmo era a favor da construção do Cais de Cruzeiros e, quando referiu o caso da geotermia, a sua intervenção não tinha sido de censura mas de preocupação e alerta com vista a ser tomada uma decisão. -----

----- O **Conselheiro Senhor António Toste** interveio para elucidar que não censurou o Conselheiro Guilherme Melo, simplesmente explicou o ponto da situação do processo da geotermia. Quanto ao Cais, afirmou que o deputado António Ventura e o deputado Clélio Meneses, tinham-se manifestado contra. -----

----- Posteriormente, o **Conselheiro Senhor Roberto Monteiro** interveio para informar que quando fosse 11h:50m, teria de se ausentar para presidir à inauguração do 1º Festival do Chocolate na Praia da Vitória, para o qual, estavam convidados todos os Conselheiros. -----

----- Ainda quanto à questão da geotermia, lembrou que o projecto de S. Miguel tinha passado pelos mesmos problemas que estavam a ocorrer na Terceira, e que, no entanto, decidiram investir o remanescente, mas isso seria uma decisão política de risco. -----

----- Terminado o Período Antes da Ordem do Dia, às onze horas e trinta minutos. ----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

PARQUE NATURAL DA ILHA TERCEIRA

----- O **Senhor Presidente da Mesa** deu uma breve explicação do motivo que tinha originado a realização daquela reunião, consistindo, esse, em saber qual a opinião dos



CONSELHO DE ILHA DA TERCEIRA

Conselheiros sobre a **Proposta do Decreto Legislativo Regional para Parque Natural da Ilha Terceira.** -----

----- Em primeira instância interveio o **Conselheiro Senhor António Toste**, salientando que o plano uniformizava e contabilizava o critério das classificações das áreas protegidas dos Açores, de acordo com os critérios da união internacional da classificação da natureza. Afirmou, ainda, que era fundamental a adopção de um regime de gestão por ilha, com a previsão de um plano de acção da área protegida, com medidas específicas para cada uma das áreas protegidas. Concluiu, realçando o facto de o documento ser muito importante e vantajoso para a ilha Terceira e para a região, visto serem apenas as ilhas Terceira, São Jorge e Flores a não possuírem esse regime, contudo, o assunto baixou à Comissão de Assuntos Parlamentares. -----

----- O **Senhor Conselheiro Guilherme Melo** usou da palavra para referir que também lhes agradava a compilação, num único diploma, de todas as áreas protegidas. Pensava que o relatório de gestão era de grande importância, pelo que, propunham que fosse publicitado no site da Secretaria Regional do Ambiente, e que também fosse enviado ao Conselho de Ilha Terceira e às Assembleias Municipais. Propôs, ainda, que o Conselho Consultivo incluísse um Presidente de Junta nomeado por cada Assembleia Municipal, para que eles pudessem ser os “porta-vozes” das populações locais, propostas estas que fez chegar à mesa do Conselho por escrito. -----

----- De seguida, interveio o **Senhor Conselheiro Paulo Ferreira** para referir que em relação às zonas protegidas deveria haver cuidado no intuito de os proprietários não serem penalizados com as medidas. -----

----- Posteriormente, interveio o **Conselheiro Senhor João Santos** salientando que estava de acordo com o que o anterior conselheiro tinha referido, mas, em seu entender, a maior preocupação deveria ser para com os recursos naturais, devendo os proprietários ter essa sensibilidade. Em relação ao documento, asseverou que estava muito bem elaborado. -----

----- Terminou, manifestando a sua anuência com as propostas apresentadas pelo Conselheiro Guilherme Melo, pois eram sugestões de melhoria. -----

----- O **Conselheiro Senhor Roberto Monteiro** usou da palavra para informar que tinha de ausentar-se, no entanto, concordava com tudo o que havia sido dito e que subscrevia. -----

----- O **Conselheiro Senhor Francisco Oliveira** acrescentou que em relação ao Conselho Consultivo, concordava com a colocação de dois presidentes de Junta, um de cada Concelho, apenas faltava envolver no Conselho um representante de cada Associação do Gado Bravo. -----

----- Assentia, também, com a importância da criação do diploma, todavia, não concordava que nas Furnas fosse proibido cozinhar, pois, em seu entender, a palavra proibido era muito agressiva, pelo que, julgava que o melhor era limitar-se. -----

----- Interveio o **Conselheiro Senhor António Toste** mencionando que concordava com o que tinha dito o **Conselheiro Guilherme Melo** na sua intervenção anterior. No entanto, discordava que a nomeação de um Presidente fosse realizada pela Assembleia Municipal, considerando ser vantajoso a ANAFRE efectuar a selecção, uma vez que representava todas as Juntas de Freguesia. -----

----- De seguida interveio o **Conselheiro Senhor Guilherme Melo** para explicar que nem todas as Juntas eram associadas da ANAFRE e, na sua opinião, o melhor era que cada concelho seleccionasse o seu representante. -----

----- O **Conselheiro Senhor Pimentel Dias** usou da palavra para informar que tinha duas sugestões a fazer quanto à formação do Conselho Consultivo, ou seja, faltava um



CONSELHO DE ILHA DA TERCEIRA

representante da Direcção Regional do Ambiente e um representante da Inspecção Regional do Ambiente.-----

----- O **Conselheiro Senhor Rui Castro** interveio, para demonstrar que ficava satisfeito se o presidente da ANAFRE fizesse parte do Conselho Consultivo, mas que corriam o risco de aquando da eleição para a presidência da ANAFRE, a nomeação recair sobre um presidente de S. Miguel. Por esse motivo, considerava que a melhor solução seria um Presidente de Junta escolhido pela Assembleia Municipal de cada Município, ou, porque não, os próprios Presidentes das Assembleias Municipais.-----

----- De seguida interveio o **Conselheiro Senhor João Santos** questionando, por estar confuso, se a proposta apresentada pelo Conselheiro Guilherme Melo era proposta dele ou do Conselho, porquanto se fosse do Conselho, gostaria que fossem esclarecidos todos os pontos e que a mesa os propusesse a votação.-----

----- O **Senhor Presidente da Mesa, Senhor António Maio**, respondeu que parecia existir consenso entre todos os Conselheiro acerca da proposta apresentada pelo **Conselheiro Guilherme Melo**, pelo que, informou que no final fariam um intervalo para preparar o Parecer e depois submeteria à votação dos Conselheiros.-----

----- O **Conselheiro Senhor António Alves** referiu que concordava com o sugerido pelo **Conselheiro Rui Castro**, pois, quer seja um nomeado pela ANAFRE ou pela Assembleia Municipal de cada Concelho, o importante era estarem representados.-----

----- O **Conselheiro Senhor Carlos Santos** interveio para lembrar que também era necessário ter em consideração os proprietários privados, frisando que deveriam fazer parte do Conselho e fazendo alusão às consequências para os mesmos.-----

----- Posteriormente o **Conselheiro Senhor Rui Castro** referiu que, na sua anterior intervenção, o que queria dizer era que os Presidentes das Assembleias deveriam eleger um representante, porque caso fossem acrescentados vários elementos, necessitariam de quórum sempre que necessitassem reunir.-----

----- De seguida o **Conselheiro Senhor Pimentel Dias** usou da palavra para propor que cada uma das Assembleias da Ilha indicasse um presidente de junta para fazer parte do Conselho Consultivo, pois tinham um conhecimento mais pormenorizado sobre o seu Conselho, em vez de outro membro que não fosse presidente de junta. Quanto à nomeação do Director do Parque Natural da Ilha Terceira, na sua opinião, não podia ser eleito conforme os artigos 35º e 37º, mas sim recrutado por procedimento concursal, pelo que, careciam de correcção.-----

----- O **Senhor Conselheiro Guilherme Melo** salientou que sobre a preocupação do Sr. Conselheiro Carlos Santos relativamente à sua proposta, realçava que o relatório devia ser elaborado anualmente pelo senhor Director e destacava que o mesmo devia debruçar-se sobre uma avaliação e identificação do impacto económico das actividades desenvolvidas, e, até que ponto os proprietários poderiam ter uma perda de rendimentos.-----

----- Finalmente, o **Conselheiro Senhor Francisco Oliveira** usou da palavra para destacar que, caso fosse necessário, formalizaria por escrito a sua anterior intervenção, estando de acordo com a preocupação concernente ao tema levantado pelo Conselheiro Carlos Santos-----

----- O **Senhor Presidente da Mesa** informou que, como a maioria das intervenções tinham a ver com os artigos 35º e 37º, da **Proposta do Decreto Legislativo Regional Para o Parque Natural da Ilha Terceira**, iam ver a proposta apresentada pelo **Senhor Conselheiro Guilherme Melo** e incluir as restantes intervenções, apresentadas pelos Conselheiros. Pediu um intervalo de 15 minutos para elaborar o documento final, o que foi aceite.-----



CONSELHO DE ILHA DA TERCEIRA

----- Entretanto, ao elaborar o documento o **Senhor Conselheiro João Santos** sugeriu que o documento agrupasse todas as intervenções apenas como sugestões e recomendações, e que a proposta do Sr. Conselheiro Guilherme Melo fosse a proposta do Conselho, pois o Conselho estava todo de acordo, o que foi aceite. -----

----- Apresentado o documento final, foi posto à votação do Conselho, sendo **aprovado por unanimidade.** -----

----- E nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente da Mesa** informou o Conselho que ia dar conhecimento a todos os Conselheiros do resultado da Reunião com os Membros do Governo Regional. -----

----- Por fim agradeceu a colaboração de todos os Conselheiros presentes e deu-se por encerrada a reunião, pelas 12:45 horas, da qual se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelo Senhor presidente da Mesa do Conselho de Ilha da Terceira. -----

O presidente da Mesa

António Gabriel Fraga Martins Maio